



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO: tensões, desafios e possibilidades

Jéssica Monaliza de Menezes Saraiva

FAMETRO- Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza / jessi_monaliza@hotmail.com

Este artigo consiste refletir e problematizar as relações de gênero vivenciadas nos espaços de trabalho por mulheres trabalhadoras, buscando destacar os processos de subjetivação a partir da tessitura nas relações de trabalho em consonância com as relações de gênero. Com base na pesquisa bibliográfica e documental, queremos compreender a figura social da mulher no mundo do trabalho. A percepção de que a mulher deve estar confinada ao espaço privado do lar e o homem ao espaço público vem sendo desconstruída por referenciais feministas. Todavia, os processos de subjetivação dos sujeitos, com identidades formadas a partir de ideários marcados pela definição dos corpos como masculino e feminino com atribuições distintas segregam a construção social de gênero. Dessa forma, a subjetividade é construída a partir dos discursos e significados que nos deixamos recrutar e contextualizar as relações de gênero no trabalho é perceber que não podemos atribuir avanços consolidados para as mulheres acerca dos seus direitos no mundo do trabalho. Categorias como equidade e igualdade ainda precisam ser alcançadas, a estigmatização do “ser mulher” na condição de salários menores, ascensões profissionais a longo prazo e maior permanência em empregos precários são características desse processo histórico de relações de trabalho x relações de gênero. Essas questões precisam ser desconstruídas, porém este ideário está conectado a outras vertentes que compreendem um padrão cultural que engloba vários fatores como classe e raça que necessitam de análise na dinâmica social.

Palavras Chaves: Trabalho; Mulher; Subjetividade; Gênero

Introdução

O presente ensaio visa refletir acerca das relações de gênero x relações de trabalho vivenciadas nos espaços laborais. Numa perspectiva de apreender como historicamente se gesta o ideário do que é ser mulher numa sociedade predominantemente patriarcal. O trabalho busca fazer essa tessitura entre plano objetivo e plano subjetivo visando compreender as relações estabelecidas socialmente. A pesquisa irá nos mostrar que mesmo com altos índices de

inserção da mulher no mundo do trabalho a questão da discriminação e opressão feminina é histórica e na contemporaneidade assume um cenário de impacto nas relações sociais e consequentemente na divisão sexual do trabalho. Podemos enfatizar a questão do “ser mulher” disseminado socialmente como adequação temporal e histórica vislumbrando um caráter performativo de uma prática que se reintegra socialmente

www.redor2018.sinteseeventos.com.br



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

frente ao que é posto numa lógica de reprodução.

A mulher numa perspectiva histórica sempre foi lançada a posição de subalternidade, o patriarcado marca de forma cruel e opressiva a mulher numa escala social:

Todo mundo sabe que a mulher sempre foi discriminada, nunca teve as mesmas oportunidades asseguradas aos homens. Nossa cultura patriarcal gerou uma sociedade machista, em que a mulher ocupava um papel subalterno. Excluída, ficava confinada ao reduto da casa, tendo por única missão a assistência da família, a organização lar, o apoio ao marido e o cuidado dos filhos. (DIAS, 2004, p. 20)

Nos cabe aqui apreender como ocorreu a inserção da mulher no mercado de trabalho e como as atividades ligadas a vida privada (casa, marido e filhos) sempre estiveram condicionadas a questão do gênero, numa lógica binária entre masculino x feminino com distinções previamente estabelecidas e reproduzidas pelos sujeitos sociais.

Ao mesmo tempo que discorremos sobre a construção socialmente atribuída ao que é ser mulher, iremos trazer um breve cenário de que mundo do trabalho é este em que as mesmas estão inseridas no plano do capital.

Perceber o cenário capitalista que gesta profundas desigualdades sociais no tocante valor é identificar que essas vertentes também se figuram nas relações empreendidas por essa lógica que massifica a classe trabalhadora em detrimento de seus interesses.

Essa reprodução ideológica se manifesta nas relações de trabalho em consonância com as relações de gênero no quesito, subordinação e adequação a figura da mulher nos espaços socialmente atribuídos de acordo com uma subjetividade imposta e criada.

É nessa trama que iremos tecer análises acerca de como se configura na teia das relações sociais os processos subjetivos impostos a nós mulheres, como as vivências no mundo do trabalho perpassadas pelas relações de poder atuam com um caráter andocêntrico.

As discussões apresentadas utilizam o método da pesquisa bibliográfica e documental, trata-se de um estudo da relação opressiva do sistema capitalista em detrimento das relações de gênero e como essas se disseminam socialmente.

Metodologia

A pesquisa feita é de cunho qualitativo e possui um caráter compreensivo dessa realidade multifacetada, busco compreender os significados que tecem as relações de gênero em via com as relações de trabalho e como se dissemina esse cenário opressivo para com o feminino, através de consulta bibliográfica e documental irei desvelar esses caminhos a respeito das construções



sociais e históricas que determinam a dinâmica analisada.

Para Minayo (1994) a pesquisa qualitativa consiste em abordar aspectos subjetivos da população estudada, na busca de diferentes significados de experiências vividas, proporcionando assim uma melhor compreensão do indivíduo no seu contexto social, e a constituição de singularidades.

Através da análise bibliográfica iremos perceber essa realidade através de literaturas que trazem conceituações e experimentos com as temáticas: de que forma essas situações se expressam dentro de uma periodicidade histórica e de que forma os seus desdobramentos constituem a cena apresentada na conjuntura contemporânea.

São apontamentos e pressupostos tomados com base numa literatura que norteia e nos dá aporte compreensivo dessa macrorealidade inquisitiva que figura a condição de subalternidade da mulher em face do mundo do trabalho e das relações sociais empreendidas neste espaço.

Resultados e Discussões

A inserção da mulher no mundo do trabalho dá se num prisma de desenvolvimento do sistema capitalista, com a Revolução Industrial as mulheres passam a ser recrutadas para essa nova realidade social que é o

trabalho industrial nas fábricas. Numa conjuntura precarizada de um trabalho fabril penoso e insalubre as mulheres passam a fazer parte da dinâmica capitalista que se coloca como urgente. Podemos destacar essa realidade na fala do autor:

Com a Revolução Industrial, no marco da consolidação do capitalismo, a mulher passa a ser incorporada nas relações produtivas sob condições desumanas, tendo em vista a intensificação do trabalho, a extensa jornada de trabalho e o rebaixamento salarial, para atender aos imperativos do acelerado processo de acumulação. Mesmo com essa realidade, as mulheres dos grupos menos privilegiados necessitavam do trabalho como forma de subsistência e por isso acabavam se sujeitando aos respectivos ordenamentos.

(GUIRALDELLI,2007,P.02).

Dessa forma, a mulher adentra ao mercado de trabalho sem nenhum contexto crítico quanto ao seu papel, estavam a serviço dos imperativos do capital e com isso o processo de subordinação se mescla a realidade patriarcal vivenciada.

Perceber num panorama mundial que a mulher se insere no mercado de trabalho a partir de uma demanda urgente do capital e num contexto de segregação de direitos é um despontar para apreender os desdobramentos contemporâneos.

A inserção feminina nos espaços de trabalho é meramente requisição do processo de acumulação capitalista que havia eclodido com a Revolução Industrial,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sem nenhum potencial de protagonismo social quanto a figura da mulher.

Num fluxo parecido ao que foi o desvelar mundial da mulher trabalhadora no Brasil tivemos um processo conservador quanto a entrada da mulher na vida pública pela esfera do trabalho. Com um cenário pautado de desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista a inserção da mulher só se deu em larga escala no ano de 1932 em detrimento da reestruturação produtiva.

Com tendências pautadas no viés do patriarcado a mulher teve sua inserção no mercado de trabalho dividida com as “obrigações” da vida privada, as atividades ligadas a casa e aos filhos sempre estiveram ligadas ao feminino e a condição da subalternidade e preconceito na vida pública da mulher era algo recorrente. Podemos avaliar essa máxima na fala da autora:

Os relacionamentos afetivos ainda são vinculados por uma marcante hierarquização, ocupando, homens e mulheres, dois mundos bem polarizados. Enquanto o homem desempenha o papel de provedor e arvora-se como chefe de família, sente-se descompromissado com as atividades domésticas. Resta a mulher relegada à função de reprodutora, responsável pela casa, pela criação dos filhos e pelo cuidado com idosos e doentes. Reservado ao homem o espaço público, fica a mulher confinada ao recinto do lar. (DIAS, 2004, p. 49)

Dessa forma, existe um abismo que separa a mulher de uma efetivação real quanto ao seu espaço na vida pública, a condição vinculada a divisão sexual do trabalho a coloca numa posição construída socialmente que há restringe a esfera do lar e aos serviços domésticos

tendo sua inserção na esfera pública desafios gigantescos quanto ao processo de inserção e manutenção no mundo do trabalho.

As questões que denotam as vivências que demarcam a conotação subjetiva imposta socialmente do que é ser mulher numa sociedade patriarcal é algo que passa a figurar

o cenário das relações estabelecidas entre gênero e trabalho. A condição dos corpos como masculino e feminino são construções atribuídas socialmente que delimitam e conformam a percepção de ser a partir de uma dualidade puramente biológica. Podemos analisar esse conceito na fala de Bourdieu:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizadas na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, como a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2014, P.24)

De forma ampla precisamos analisar essa divisão sexualizante feita a partir dos sexos para entender de que forma esse ideário binário masculino X feminino se gesta em nossa sociedade a partir de



acepções que historicamente caracterizam patamares de desigualdade para com as mulheres. Essa apreensão pode ser analisada na fala de Dias (2004):

Necessário olhar a mulher em relação ao Direito, a partir do conceito de gênero; não como sexo biológico, mas em face das diversidades biológicas que se expressam em determinadas relações sociais. As diferenças entre homens e mulheres; decorrentes de toda uma conjuntura social e cultural, acabaram por colocá-los em dois mundos, a ponto de serem tidos como sexos opostos, e não compostos, complementares. Essa divergência posicional, que levou à diferenciação de papéis assumidos, estruturou diferentemente cada um de seus protagonistas. (DIAS, 2004, p. 31)

São características impostas e construídas por um todo social alicerçado numa lógica que determinada o patriarcado. E sem questionamentos de tal realidade a mulher é posta num circuito desigual, que a limita e a põe em situações de opressão e subordinação.

E tal realidade é expressa por vezes de forma nociva quanto a sua atuação no mercado de trabalho e no desenvolver de suas atividades laborais. Na fala de Antunes (2002) podemos observar que o capital ocasionou várias mudanças no processo produtivo, por meio da constituição da forma de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico e dos modelos alternativos taylorismo/fordismo. Em consonância com essa transição a luta das mulheres marca o processo de reconhecimento no mercado de trabalho.

Com esse perfil produtivo o cerne do capitalismo propõe

transformações sociais, políticas e econômicas. E no Brasil a partir da década de 80 se tornaram mais evidentes. Segundo Nogueira (2004) nos anos 80 e 90, a mundialização do capital emitiu efeitos complexos e contraditórios, afetando desigualmente o emprego, na questão de gênero, ou seja, em relação ao sexo masculino houve uma estagnação e ao feminino uma maior inserção, porém se esse aumento for percebido de forma minuciosa poderemos destacar que o índice de trabalho feminino cresceu nas áreas em que oferecem empregos precários e vulneráveis.

Se percebidas desde o seu contexto de inserção no mundo do trabalho poderemos observar que as mulheres não encontram o protagonismo e nem a emancipação social devida, apenas estabelecem uma relação de manutenção aos ditames do capital alienadas a sua condição imposta socialmente por um perfil andocêntrico que pormenoriza o feminino e maximiza o masculino.

Essa concepção do aumento do número de mulheres nos espaços laborais no Brasil dentro de uma periodicidade foi medida pela Fundação Carlos Chagas que nos traz dados que estimam que enquanto a atividade masculina manteve-se em torno de 73% (setenta e três por cento) e 76% (setenta e seis por cento) a inserção da



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mulher ampliou-se significativamente, tendo no ano de 1976, 29% (vinte e nove por cento) das mulheres no mercado, no ano 2000 esse índice foi para 40% (quarenta por cento) e em 2007 para 53% (cinquenta e três por cento) e noutra análise feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstrou que no ano de 2010 as mulheres eram 54,6% da população feminina em espaços laborais, enquanto o homem era de 75,7%, tendo ainda a análise dos espaços laborais entre mulheres brancas e negras, tendo a mulher branca 56,2% de atuação enquanto a mulher negra 53,1% no todo estimado de mulheres economicamente ativas inseridas no mundo do trabalho.

Outro fator a ser destacado é a questão da inserção da mulher na vida política e em cargos de chefia, se percebidos lado a lado com a ocupação masculina esse número é inferior e aponta grandes disparidades no tocante da desigualdade que não é só econômica, mas também pode ser social e política com vertentes fincadas na dimensão do gênero, raça, etnia, faixa etária e região do país se a análise se inserir num crivo regional.

Após apresentação dos números dentro de um traçado temporal no Brasil podemos observar que o movimento histórico apresentado na literatura confirma e denota a cena contemporânea de uma inserção puramente

precarizada e secundária da força de trabalho da mulher.

As construções ao longo do tempo configuram um cenário de implementação e persuasão das subjetividades dos indivíduos sociais, se concebermos que os índices aqui apresentados são frutos de uma construção social e de uma regulação e normatização por parcela máxima dessa sociedade.

Sendo assim se relacionarmos a condição do processo de subjetivação dos sujeitos, com identidades formadas a partir de ideários sociais marcados pela definição dos corpos como masculino e feminino e com atribuições distintas a cada um deles poderemos vislumbrar a construção dos processos subjetivos. A autora nos demonstra essa vertente em sua fala:

Nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso, e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios (WOODWARD, 2000, p. 55).

Dessa forma, a subjetividade é construída a partir dos discursos e conjuntos de significados que nos deixamos recrutar e contextualizar essa máxima as relações de gênero no trabalho é perceber que não podemos atribuir avanços consolidados para as mulheres acerca dos seus direitos no mundo do trabalho. Categorias básicas como equidade e igualdade ainda precisam



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ser alcançadas, a estigmatização do “ser mulher” na condição de salários menores, ascensões profissionais a longo prazo e maior permanência em atividades e empregos precários são características desse processo histórico de relações de trabalho x relações de gênero.

A predominância do masculino está presente não somente nos discursos que legitimam essa realidade, mas numa atmosfera de naturalização do processo de dominação vinculado a categoria gênero. Podemos perceber isso de forma clara na afirmação de Bourdieu (2002):

Ela é perpetuada através de condições de existência intoleráveis, tornando a aceitável e até mesmo natural. “Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas [...]” (Bourdieu, 2002, p. 3).

Essas questões precisam ser pensadas e desconstruídas, porém a construção desse ideário está conectada a outras vertentes que compreendem um padrão cultural que engloba vários fatores como a condição de classe e raça que necessitam de análise concatenados a fim de se perceber as ligações existentes na dinâmica social.

Dentro desse circuito o referencial feminista ancora suas perspectivas de análise, a partir desse todo social num desvelar histórico opressivo em face da mulher que a literatura feminista propõe reflexões acerca da categoria

gênero e de que forma esse conceito pode ser construído e reconstruído socialmente.

Sendo assim, Joan Scott (1999) nos brinda com reflexões mais profundas e históricas sobre gênero como uma categoria histórica, que vem adquirindo diversas concepções e abordagens. A autora assinala que a palavra gênero foi utilizada, a priori, pelas feministas americanas que queriam imbuir um caráter social às distinções baseadas no sexo. A palavra indicava também um aspecto relacional das distinções normativas das feminilidades e masculinidades. Ainda segundo a autora, o conceito gênero como categoria de análise implicaria na forma como seriam apresentadas as experiências das mulheres, constituindo uma nova história, em que as mulheres estariam presentes.

Para que essa história fosse construída, três categorias foram acionadas pelas pesquisadoras dos estudos sobre mulher que possuíam uma perspectiva política mais global. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero marcava primeiro o compromisso do (a) pesquisador (a) com a história que incluía a fala das (os) oprimidas (os). Além disso, tinham a compreensão de que as desigualdades de poder estavam organizadas nesses três eixos.

Sinalizamos que o conceito de gênero foi desenvolvido no seio do



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pensamento feminista, este como expressão de ideias que resultaram da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas dos movimentos feministas, que estão distantes de constituir um todo unificado. Igualmente, as diversas correntes do pensamento feminista afirmaram a existência da subordinação feminina, sobretudo o suposto “caráter natural” dessa subordinação. Portanto, essa subordinação é decorrente das maneiras como a imagem da mulher foi construída histórica e socialmente.

Dessa forma, podemos perceber o enlace de significados e sentidos apreendidos na construção da categoria gênero, algo para além da condição biológica com fator limitante de masculinidades e feminilidades, associar essa máxima a discussão das relações sociais no mundo do trabalho é perceber as relações de poder e opressão em que nós mulheres historicamente estamos inscritas.

Conclusão

O presente ensaio nos mostrou dentro de uma condicionalidade histórica como são compostas as relações sociais no mundo do trabalho e de que forma os processos subjetivos constroem a sociabilidade que alicerça as relações de trabalho x relações de gênero

através de uma perspectiva exploratória dessa temática que é tão vasta de significados e compreensões.

Sendo assim, compreendo que o desvelar da dinâmica social cotidianamente nos põe frente aos desafios acerca do objeto aqui apresentado, não existe formulas ou desvelamento total dessa macro realidade, identificar os processos subjetivos que determinam as relações sociais em torno da categoria gênero não é algo simples, por assim dizer ocorrem no movimento histórico de construções e apreensões dos sujeitos sociais.

Todavia, as acepções aqui relatadas refutam em trazer para o plano central da discussão a lógica binária de definição do gênero numa vertente apenas masculino x feminino, cabe-nos aqui elencar essas construções a partir da formulação que apreende o gênero como uma construção individual e subjetiva sendo o sentir e significação atribuído pelo sujeito social a sua principal condição de ser.

Dentro desse contexto entendemos que a transformação social que se coloca como urgente no tocante das relações de trabalho associadas a figura da mulher configuram espaços demarcados pela condição do gênero e reafirmam o estado de subordinação e opressão da mulher no desenvolver de sua atividade laboral.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Dessa forma, precisamos apreender a teia relacional de construções dessas “verdades” normatizadas socialmente e questioná-las, afim de desconstruir a cena contemporânea que aparece legitimada por grande parcela social.

Podemos aqui trazer a celebre frase de Simone Beauvoir “ Não se nasce mulher: torna-se” para ilustrar o objeto pesquisado numa perspectiva sócio- histórica de construção da mulher na esfera social, tornar-se mulher é algo previamente delimitado e imposto na cena contemporânea.

Para que possamos avançar no sentido de uma emancipação e buscar um novo desvelar social é necessárias novas perspectivas de entendimento e abordagem acerca dos fenômenos sociais não apenas como meras causalidades isoladas, mas perceber as conexões existentes entre as amarras reproduzidas socialmente.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Traduzido por Maria Helena Kuhner. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. P. 160.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre a mulher e seus direitos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

FONTE: Disponível em <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie4.php?area=series>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

FONTE: Disponível em <http://www.sof.org.br/2015/06/12/publicacao-estatisticas-de-genero-do-ibge-mostra-dados-relevantes-sobre-a-autonomia-economica-das-mulheres/>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

GUIRALDELLI, Reginaldo.: **Presença feminina no Mundo do Trabalho História e Atualidade**. Revista de Estudos do Trabalho. Ano I – Número I – 2007. Disponível em http://www.estudosdotrabalho.org/Guiraldelli_RET01.pdf. Acesso em 13 de julho de 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Traduzido pela SOS: corpo e cidadania. Recife, 1999.

Woodward, K. (2000). **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes.